

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 164

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 03 DE DEZEMBRO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PFL

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PMDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado Valdir Rossoni
PFL..... Deputado Plauto Miró
PTB..... Deputado Valdir Rossoni
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi
PT Deputado Péricles H. de Mello
PDT Deputado Edgar Bueno
PL Deputado Horácio Rodrigues
PSN..... Deputado Emerson Nerone
PSDB.....

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 10: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 09: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Paulo Gorski - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 105ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE DEZEMBRO DE 1998
(quinta-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1986

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 441/98, cria a CIRETRAN no Município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 03.12.98.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1995

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na discussão e votação do Projeto de Lei nº 471/98 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 03.12.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGUETTI

REQUERIMENTO Nº 1989

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votação em bloco para as emendas apresentadas em Plenário, referentes ao Projeto de Lei nº 471/98.

Sala das Sessões, em 03.12.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1996

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER destaque de votação para a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 471/98, de autoria do Deputado Caíto Quintana.

Nestes termos pede deferimento, conforme disposto no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.12.98.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 1987

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regime Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da Redação Final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 03.12.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGUETTI

REQUERIMENTO Nº 1991

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de requerimento ao Governador do Estado do Paraná para que este efetue a liberação de recursos, previstos no Orçamento do Estado, para a restauração do prédio da Estação Saudade, localizada na Praça João Pessoa, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03.12.98.

(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 1993

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de requerimento ao Governador do Estado do Paraná para que informe a este Poder Legislativo a previsão de liberação dos recursos do PROEM, da ordem de R\$400.000,00, previstos no Orçamento do Estado, para a reforma no Colégio Estadual Regente Feijó, no Município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03.12.98.

(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 1994

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de requerimento ao Governador do Estado do Paraná para que informe a este Poder Legislativo a previsão de pagamento de indenização devida pelo Estado aos herdeiros dos cidadãos falecidos beneficiados com a Lei nº 11.255, de 21 de dezembro de 1995, que dispõe sobre indenização às pessoas detidas sob acusação de terem participado de atividades políticas no período de 1961-1979.

Sala das Sessões, em 03.12.98.

(a) PÉRICLES MELLO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 499/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Bonsucessense de Idosos, com sede e foro na Cidade de Bom Sucesso do Sul, neste Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.98.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Bonsucessense de Idosos de Bom Sucesso do Sul, neste Estado, foi fundada em 27 de agosto de 1995, desenvolvendo como atividade normal um trabalho altamente social em atendimento aos idosos.

Uma média de 70 (setenta) idosos se reúnem todos os sábados à tarde para desenvolverem atividades artesanais, como chapéus de palha, de barbante e canudos plásticos, bruxa de vassoura e toalhas de franja.

Uma vez por semana são atendidos por uma agente de saúde e assistem palestras apresentadas por médicos, para auxiliarem na sua vida cotidiana.

Também, através da Associação, realizam intercâmbio com outros municípios, bailes e brincadeiras dançantes, cumprindo o desenvolvimento de um vasto programa para a Terceira Idade.

Como a entidade não tem fins lucrativos, toda a renda auferida com a venda dos produtos confeccionados pelos idosos é revertida em favor dos próprios idosos.

Com a documentação exigida pela lei, está devidamente anexada ao presente projeto, cremos estar plenamente justificada a consideração da sua Utilidade Pública e, por essas razões esperamos contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 500/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Denomina "Doutor Raimundo Ferreira" o trecho da PR-180 compreendido entre Juvinópolis e Boa Vista da Aparecida, Município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.98.

(aa) EDGAR BUENO

PAULO GORSKI
NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Na impossibilidade de homenagear todos os vultos eméritos do nosso Estado, entendemos como nosso dever reverenciar os grandes nomes da Região Oeste, à qual temos a honra de representar neste parlamento, em conjunto com outros colegas Deputados.

O honorável nome do grande pioneiro e um dos desbravadores oestinos, Doutor Raimundo Ferreira, que pretendemos seja conferido ao trecho

rodoviário especificado, visa homenagear indiretamente todos os heróis anônimos que, com honra-dez, sacrifícios, disciplina e trabalho, edificaram as nossas cidades e consagraram o nome do nosso Estado, pródigo em material humano do mais respeitável quilate.

Doutor Raimundo Ferreira, que desenvolveu em sua atividade particular de agropecuarista uma liderança inata, ostentou ao longo de sua vida uma conduta irrepreensível, e sua missão maior foi a de defender, promover e divulgar o crescimento do Distrito Administrativo de Juvinópolis. Teve sempre participação ativa em todos os movimentos de grande expressão em Cascavel, participação esta marcada de forma indelével em atos de grandeza, próprios dos grandes homens de bem.

Destacou-se pela administração e descortínio com que tratou os assuntos de proteção à coletividade junto aos poderes constituídos, sociedades públicas e privadas, associações de classe e entidades influentes na formação da opinião pública.

Sua vida, toda pautada no bem e na justiça social, se constitui em um cabedal de exemplo para as gerações pósteras e em legado de inenarrável valor para os grandes administradores contemporâneos.

É por estes motivos que nosso preito certamente encontrará ressonância nesta Casa de Leis, a qual, aprovando nossa proposição, estará prestando uma justa homenagem a esse baluarte e sinuelo do desbravamento do Município de Cascavel, e conseqüentemente, da Região Oeste do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 501/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Desembargador Darcy Nasser de Melo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Apoioamento:

Nereu Moura, Walmor Trentini, Ricardo Chab, Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Reny Borsatto, Luiz Claudio Romanelli, Nelson Tureck, Paulo Gorski, Marquinhos Alves, Duílio Genari, Edgar Bueno, Eduardo Trevisan, Nelson Garcia, Caíto Quintana, Neivo Beraldin, Carlos Simões, Augustinho Zucchi, Geraldo Cartário, Durval Amaral, Hermas

Brandão, Cezar Silvestri, Joel Coimbra, Basílio Zanusso, Luiz Carlos Alborghetti, Albanor Gomes, Plauto Miró Guimarães, Edno Guimarães, Ângelo Vanhoni, Ironi Pugliesi, Sérgio Spada, Valdir Rossoni, Cesar Seleme, Antonio Annibelli, Élio Rusch, Milton Puppio, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Beto Richa e Luiz Accorsi.

JUSTIFICATIVA:

O nome do Desembargador Darcy Nasser de Melo é muito conhecido e respeitado em todo o Estado do Paraná. Paranaense, nascido em Calógeras, o eminente homem do nosso judiciário sempre dedicou-se, com inteligência e justiça, ao povo paranaense, que reconhece no Desembargador um grande aliado nas suas causas mais justas.

Casado com a Senhora Terezinha de Jesus Corrêa Melo, o Desembargador Darcy Nasser de Melo tem cinco filhos Bráulio Augusto Corrêa de Melo, Denise Terezinha Corrêa de Melo Krueger, Darcy Nasser de Melo Júnior, Marcelo Cesar Corrêa de Melo e Alexandre Corrêa Nasser de Melo.

Como bem demonstra o "curriculum vitae" que estamos apresentando, o Desembargador Darcy Nasser de Melo fez uma brilhante carreira no nosso Poder Judiciário, tendo ocupado, além de outros importantes cargos, o de Presidente do Tribunal da Alçada. Atualmente é o vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta proposição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Edgar Bueno, Paulo Gorski e Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1989, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as emendas apresentadas em Plenário, referentes ao Projeto de Lei nº 471/98. **Aprovado.**

Requerimento nº 1995, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 471/98, de autoria do Poder Executivo. **Aprovado.**

O SR. DR. ROSINHA

Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI

Chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Convido o Senhor 1º Secretário, Luiz Carlos Martins, para efetuar a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins)
(**Procede a chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Responderam a chamada nominal trinta e quatro (34) Senhores Deputados. Há quórum para a votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. **Aprovado. Com voto contrário do Partido dos Trabalhadores.**

Projeto em preferência de votação

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 471/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 052/98, objetivando promover a reestruturação da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, mediante atendimento das atividades que constituem o objeto daquela empresa, bem como promover a alienação das ações ordinárias que detém da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, conforme especifica. SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

A Assembléia entra em processo de Comissão Geral. O Senhor 1º Secretário procederá a leitura das emendas. Há um emenda só que não foi publicada, será lida pelo 1º Secretário, o Deputado Joel Coimbra será o Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 471/98 SUBSTITUTIVO GERAL

P A R E C E R :

Através da Mensagem nº 052/98, de 24 de novembro de 1998, o Excelentíssimo Senhor Governador Jaime Lerner, no exercício de competência privativa, propõe a reestruturação societária da

COPEL - Companhia Paranaense de Energia, mediante a criação de sociedades coligadas, bem como a alienação, caução e oferecimento em garantia das ações pertencentes ao Estado do Paraná.

Esta Comissão de Constituição e Justiça recebeu a Mensagem e emitiu parecer favorável ao projeto, com o seguinte teor:

“A proposição em análise é oriunda da Mensagem nº 052/98, do Poder Executivo. Tem por objetivo autorizar a reestruturação societária da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, mediante a criação de sociedades coligadas, bem como a alienação, caução e oferecimento em garantia das ações pertencentes ao Estado do Paraná.

Em sua exposição de motivos, o autor assim justifica a proposição:

‘Praticamente junto com a promulgação da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que tratou do regime de concessão e permissão de serviços públicos previstos no artigo 175 da Constituição Federal, iniciou-se a reestruturação do setor elétrico brasileiro, coordenada pelo Governo Federal, através do Ministério de Minas e Energia. Esta reestruturação cingiu-se basicamente à separação das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como ao estabelecimento de regras que visam como objetivo principal, a promoção da livre concorrência, com as vantagens dela decorrentes, tanto para as empresas como para os consumidores de energia elétrica.

Para o atingimento de tal objetivo, imprescindível se torna a implementação da separação aludida, como alternativa única do Poder Concedente para o estabelecimento da tarifa correta a ser aplicada em cada uma das relações da cadeia produção-consumo. Com efeito, somente mediante a separação das receitas, pode-se vislumbrar os efetivos custos de cada uma das atividades desenvolvidas e, a partir daí, estabelecer-se a tarifa justa para a remuneração dos investimentos realizados pelo agente do mercado.

No caso da COPEL, mera repetição do que ocorreu com outras concessionárias, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, já sinalizou com a perspectiva de fazer constar dos contratos de concessão a obrigatoriedade da empresa desverticalizar-se, definindo, inclusive, um prazo para o seu cumprimento.’

A proposição, portanto, é juridicamente cabível, encontrando apoio expresso na Constituição do Estado.

Sendo legal e constitucional, estando em conformidade com as normas e técnicas legislativas, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 25.11.98.”

Posteriormente, o projeto foi objeto de debates, críticas e sugestões, feitas pelos Deputados, por representantes de empregados da COPEL e segmentos organizados da sociedade.

Em razão disso, após entendimentos com o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Anibal Khury (PFL), o Líder do Governo na Assembléia Legislativa, Deputado Valdir Rossoni (PTB), o Secretário de Estado da Fazenda, Giovani Gionédís, e o Secretário de Estado do Governo, José Cid Campêlo Filho, com base nas considerações feitas ao projeto, notadamente as sugestões de emendas formuladas pelos Deputados Cezar Silvestri (PTB), Durval Amaral (PFL) e Plauto Miró (PFL), esta relatoria decidiu modificar o parecer anterior, propondo a sua aprovação nos termos do substitutivo geral a seguir apresentado.

**“PROJETO DE LEI Nº 471/98
SUBSTITUTIVO GERAL**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a implementar a reestruturação societária da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, através de qualquer dos meios previstos em lei, ou da combinação entre eles, ficando o Estado do Paraná, bem como aquela Companhia, autorizados a promover estudos e criar sociedades coligadas, controladas ou subsidiárias, julgadas necessárias para tal fim.

Art. 2º - A composição, organização, atribuições, competência, normas de funcionamento e demais disposições referentes a cada sociedade resultante do disposto no art. 1º da presente lei, serão definidas e detalhadas nos respectivos Estatutos Sociais, observado o estabelecido na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a alienar, dar em caução, oferecer como garantia de operações de crédito, financiamento ou operações de qualquer natureza, ações, com ou sem direito a voto, de titularidade do Estado do Paraná ou outras entidades vinculadas àquele Poder, na Companhia Paranaense de Energia - COPEL e nas sociedades resultantes da reestruturação de que trata o art. 1º.

Parágrafo Único - O pagamento das alienações deverá ser realizado em moeda corrente, não sendo permitida a utilização de créditos de qualquer natureza.

Art. 4º - O Poder Executivo destinará parte das ações colocadas à venda, proporcionalmente a sua espécie, aos empregados, atuais e aposentados, da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, com percentual e deságio a ser definido.

Art. 5º - Para salvaguarda do conhecimento público das condições em que se processará a alienação de que trata o art. 3º desta lei, será dada ampla

divulgação das informações necessárias, mediante a publicação de edital no Diário Oficial do Estado e em jornais de notória circulação estadual e nacional, do qual constarão, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) justificativa, indicando o percentual do capital social da sociedade a ser alienado;
- b) data e ato que determinou a constituição da sociedade;
- c) passivo da sociedade de curto e de longo prazo;
- d) situação econômico-financeira da Companhia, especificando lucros ou prejuízos, endividamento interno e externo, nos cinco últimos exercícios;
- e) sumário dos estudos de avaliação da sociedade;
- f) critério de fixação do valor de alienação, com base nos estudos de avaliação;
- g) modelagem de venda e valor mínimo da participação a ser alienada;
- h) percentual e valor do deságio das ações a que se refere o artigo anterior.

Art. 6º - O Poder Executivo fará constar, também, em todos os editais de alienação, as seguintes obrigações dos novos controladores e seus sucessores:

I - Manter, no Estado do Paraná, as sedes das sociedades resultantes da reestruturação de que trata o artigo 1º;

II - Assumir o patrocínio da Fundação COPEL de Previdência e Assistência Social, na condição de mantenedores, sem impedimento de futuras negociações visando alterar as condições assumidas, ficando assegurado, aos atuais participantes, a manutenção das normas contidas nos regulamentos dos planos de saúde e benefícios previdenciários em vigor na data da publicação desta lei.

III - Assegurar aos empregados, independente da quantidade de ações que sejam titulares, a indicação de pelo menos um dos membros dos Conselhos de Administração.

Art. 7º - Os recursos decorrentes do disposto no art. 3º desta lei serão utilizados, após a dedução das despesas inerentes ao processo de alienação, primordialmente, em consonância com as seguintes diretrizes:

I - 70% (setenta por cento) na área previdenciária sob responsabilidade do Estado do Paraná;

II - 30% (trinta por cento) nas áreas de educação, segurança, saúde, agricultura, transporte e em programas de desenvolvimento e geração de empregos, em que a presença do Estado seja indispensável.

Art. 8º - Até que se promovam as alienações previstas no art. 3º, fica o Poder Executivo por si ou pela Paraná Investimentos S/A, autorizado a contrair operações de crédito, financiamentos ou operações de qualquer natureza, até o montante de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), por conta das futuras receitas das alienações, observado o disposto no artigo 7º.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder o aumento do capital social da Paraná Investimentos S/A, cujo valor poderá ser de até R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

Art. 10 - Em consequência do artigo anterior, o artigo 2º e seu inciso I, da Lei nº 11.428, de 14.06.96, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O capital social da empresa será dividido e limitado a 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, assim subscrito:

I - O Estado do Paraná fica autorizado a subscrever até 1.999.900 (um milhão, novecentos e noventa e nove mil e novecentas) ações, no total de até R\$1.999.900.000,00 (um bilhão, novecentos e noventa e nove milhões e novecentos mil reais), podendo para tanto integralizá-lo em dinheiro, títulos financeiros ou valores mobiliários, inclusive ações ordinárias nominativas (ON) e preferências nominativas (PN) da COPEL e de outras empresas em que o Estado do Paraná detenha participação acionária.”

Art. 11 - Para consecução dos objetivos desta lei, poderá o Poder Executivo constituir fundo específico, bem como utilizar-se de consultoria de órgãos ou entidades vinculadas à União, mediante assessoria técnica ou condução do processo de alienação, através de celebração de convênios ou contratos.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 11.253, de 21 de dezembro de 1995, suas posteriores alterações e demais disposições em contrário.

Cumprе destacar, para melhor entendimento, as principais alterações introduzidas no projeto:

a) o substitutivo determina que parte das ações colocadas à venda será destinada aos empregados, com percentual e deságio a ser definido (art. 4º), impondo a obrigatoriedade de especificação do percentual e valor do deságio no edital respectivo (art. 5º, alínea h);

b) determina que a sede das sociedades resultantes da reestruturação permaneça no Estado (art. 6º, inciso I);

c) determina que os novos controladores e seus sucessores da Companhia, assumam o patrocínio da Fundação COPEL de Previdência e Assistência Social, na condição de mantenedores, sem impedimento de futuras negociações visando alterar as condições assumidas, ficando assegurado, aos atuais participantes, a manutenção das normas contidas nos regulamentos dos planos de saúde e benefícios previdenciários em vigor na data da publicação da respectiva lei (art. 6º, inciso II);

d) garante a representatividade dos empregados da COPEL junto ao Conselho de Administração (art. 6º, inciso III);

e) estabelece percentuais de utilização dos recursos obtidos, na ordem de 70% (setenta por cento) para a área previdenciária sob a responsabilidade do Estado e de 30% (trinta por cento) para as áreas de educação, segurança, saúde, agricultura, transporte, programas de desenvolvimento e geração de empregos (art. 7º).

Cumprе ressaltar ainda, que a proposta procura salvaguardar a transparência das operações, impondo ampla divulgação da operação, conforme preceitua o art. 5º e suas alíneas.

Pelo exposto, presentes os pressupostos de constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e técnica legislativa, o parecer desta Comissão é pela aprovação do projeto na forma do substitutivo ora apresentado.

Sala das Comissões, em 02.12.98.

(a) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

Apoiamento:

Carlos Simões, Walmor Trentini, Élio Rusch, Valdir Rossoni, Cesar Seleme, Basílio Zanusso, Eduardo Trevisan, Duílio Genari

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 471/98

Altera a redação do artigo 1º do Projeto de Lei nº 471/98

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, mediante “ad referendum” da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, implementar a reestruturação societária da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, através dos meios legais previstos, ou da combinação entre eles, ficando o Estado do Paraná, bem como aquela Companhia, autorizados a promover estudos e criar sociedades coligadas, controladas ou subsidiárias, julgadas necessárias para tal fim.

Sala das Sessões, em 02.12.98.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento:

Nereu Moura, Edgar Bueno, Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Antonio Annibelli, Ângelo Vanhoni e Paulo Gorski.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 02

Acrescenta-se um novo artigo com número 4, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

Art. 4º - Fica criado o PARANAENERGIA, sob a forma de um Conselho Estadual Fiscalizador, com a seguinte composição:

I - um membro efetivo e um suplente indicado pelo Poder Executivo;

II - um membro efetivo e um suplente indicado pelo Poder Legislativo;

III - um membro efetivo e um suplente indicado pelo Poder Judiciário;

IV - um membro efetivo e um suplente indicado pelo Ministério Público;

V - dois membros efetivos e dois suplentes indicados pelos sindicatos dos trabalhadores no setor de energia;

VI - um membro efetivo e um suplente indicado pelos consumidores, através de suas organizações.

§ 1º - O mandato dos Conselheiros será de dois anos, admitindo-se a recondução por igual período.

§ 2º - O Presidente do Conselho e demais cargos, serão escolhidos por eleição entre os pares.

§ 3º - O Conselho a que se refere o caput deste artigo, terá as seguintes atribuições:

I - Fiscalizar todo e qualquer processo de alienação das ações da COPEL, emitindo parecer prévio para qualquer modalidade operacional de alienação, conforme estabelecido pelo art. 5º desta lei;

II - Estabelecer as políticas para o setor de energia do Estado do Paraná;

III - Estabelecer critérios e tetos para tarifação;

IV - Fiscalizar a execução das políticas e critérios estabelecidos, aplicando desde multas até a cassação da concessão, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei.

Sala das Comissões, em 02.12.98.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoiamento:

Irineu Colombo, Renato Adur, Doutor Rosinha e Péricles Mello.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda se justifica pela necessidade de haver um órgão fiscalizador que assegure o atendimento ao interesse público do Estado do Paraná e que, em colaboração com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pos-

sua competência e poder para efetivamente desenvolver uma fiscalização eficaz, uma vez que trata-se de serviço vital para a sociedade, não podendo ficar à mercê das empresas que vierem a operar no setor.

Destaca-se pois, que embora esteja sendo alienada a empresa estatal que explora o serviço de geração, transmissão e distribuição de energia do Paraná, o serviço público continuará sendo uma concessão do Poder Público, e este necessita de mecanismo hábil, forte, para garantir que o serviço prestado seja de boa qualidade e com preço razoável.

Salienta-se ainda, que experiências negativas estão se dando com a privatização do setor energético, notadamente no Estado do Rio de Janeiro, onde a qualidade do serviço piorou brutalmente e os preços das tarifas foram elevados.

O Paraná precisa se antecipar a este problema e criar mecanismo que venha a fazer frente a estes problemas, evitando que a trágica experiência de outros Estados venha a se repetir aqui, onde aliás a população tem um dos melhores serviços do país no setor. E tal solução se corporifica através da proposta desta agência de controle, na forma de conselho paritário entre sociedade civil e poder público, aqui denominado PARANAENERGIA.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº 03

Suprima-se os artigos 8º, 9º e 10º, do projeto de lei.

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoiamento:

Irineu Colombo, Nereu Moura, Doutor Rosinha e Péricles Mello.

JUSTIFICATIVA:

Os recursos provenientes da venda da COPEL, pela forma escolhida de alteração de controle acionário da COPEL, só poderão ser aplicados em setores de investimento e mediante controle público da aplicação dos recursos arrecadados. Assim, pela forma com que o projeto foi apresentado, tais recursos devem ser aplicados exclusivamente no setor previdenciário do Estado. Neste sentido, resta ilegal e inconstitucional destinar verbas para incrementar capital social da Paraná Investimentos S/A, bem como para contrair operações de crédito, financiamentos ou operações de qualquer natureza, eis que tal mecanismo operacional possibilitaria a aplicação de recursos públicos, eis que provenientes da alienação de ações de propriedade do erário público do Estado do Paraná, sem qualquer tipo de controle do destino dos recursos arrecadados. Tal possibilidade viola, diretamente, além da Lei Camata, a própria Lei 8987/95 e os

princípios constitucionais da moralidade e da legalidade administrativa.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO Nº 04

Altera o artigo 8º, ficando com a seguinte redação:

Art. 8º - Até que se promovam as alienações previstas no art. 3º, fica o Poder Executivo por si ou pela Paraná Investimentos S/A, autorizado a contrair operações de crédito ou financiamentos, até o montante de R\$500.000,00 (quinhentos milhões de reais, por conta das futuras receitas das alienações, observando o disposto no art. 5º.

Sala das Sessões, em 03.12.98.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoiamento:

Irineu Colombo, Nereu Moura, Péricles Mello e Doutor Rosinha.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda se faz necessária pelo fato de que o valor proposto (500 milhões de reais) é suficiente para o Estado efetuar o pagamento do funcionalismo neste final de ano, evitando-se que o governo realize uma verdadeira entrega da COPEL ao BNDES, eis que a quantia de 2 bilhões de reais representa a efetiva perda do controle acionário da empresa. Assim, revela-se absolutamente ilegal e contrário aos interesses superiores da sociedade paranaense possibilitar a perda do controle da melhor e mais eficiente sociedade de economia mista do Brasil, a COPEL, construída com o sacrifício de toda a população do Estado do Paraná, com o pretexto de garantia de empréstimos para financiamento dos déficits orçamentários decorrentes da irresponsabilidade administrativa do Governo do Estado do Paraná.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO Nº 05

Altera a redação do artigo 7º, suprimindo seus incisos, ficando o mesmo com a seguinte redação:

Art. 5º - Os recursos decorrentes do disposto no art. 3º desta lei serão utilizados, após a dedução das despesas inerentes ao processo de alienação, exclusivamente na área previdenciária sob responsabilidade do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoiamento:

Irineu Colombo, Nereu Moura, Doutor Rosinha e Péricles Mello.

JUSTIFICATIVA:

A referida emenda justifica-se pela necessidade de se priorizar o setor previdenciário do Estado do Paraná, gerador de poupança interna e que reestrutura a possibilidade de investimento

do Estado, bem como, centralizar a aplicação dos recursos oriundos da privatização da COPEL. A redação pretendida pela proposta do Governo, acaba por ser um "cheque em branco" para o Poder Executivo aplicar os recursos a seu bel prazer, sem qualquer restrição de investimento, possibilitando, inclusive, que recursos públicos de investimento sejam utilizados para cobrir déficits de custeio da folha de pagamento, o que violaria, dentre outros dispositivos, a Lei Camata.

EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO Nº 06

Fica acrescentado ao presente projeto de lei, o artigo 9º, com a seguinte redação:

Art. 9º - O edital de alienação de que trata o artigo 3º, trará, necessariamente, informação sobre a existência de crédito disponibilizado por agente financeiro estadual para eventuais compradores, informando o montante possível, garantias exigidas, juros, prazos e outras condições.

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamento:

Edgar Bueno, Irineu Colombo, Orlando Pesutti, Caíto Quintana e Nereu Moura.

EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO Nº 07

Fica criado o § 2º no artigo 3º do presente projeto de lei, com a seguinte redação:

§ 2º - A quantidade de ações dadas em caução ou em garantia nas operações a que se refere o "caput", não pode ultrapassar limite que configure a real possibilidade de perda do controle acionário da empresa.

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamento:

Edgar Bueno, Irineu Colombo, Orlando Pesutti, Caíto Quintana e Nereu Moura.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO Nº 08

O artigo 9º do presente projeto de lei passa a ser numerado como artigo 8º, com a seguinte redação:

Art. 8º - Para a consecução dos objetivos desta lei, poderá o Poder Executivo utilizar-se de serviços de consultoria e assessoria de órgãos ou entidades vinculadas à União, mediante celebração de convênios ou contratos, observada a legislação pertinente.

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamento:

Edgar Bueno, Irineu Colombo, Orlando Pesuti e Caíto Quintana.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO Nº 09

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a implementar a reestruturação societária da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, através dos meios legais previstos, ou da combinação entre eles, ficando o Estado do Paraná, bem como aquela Companhia, autorizados a promover estudos e criar sociedades coligadas, controladas ou subsidiárias, julgadas necessárias para tal fim.

Art. 2º - A composição, organização, atribuições, competência, normas de funcionamento e demais disposições referentes a cada sociedade resultante dos dispostos no art. 1º da presente lei, serão definidas e detalhadas nos respectivos Estatutos Sociais, observado o estabelecido na Lei Federal nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, mediante "ad referendum" da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A Assembléia Legislativa terá 20 (vinte) dias para apreciar os estatutos de que trata o caput deste artigo.

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a alienar, dar em caução, oferecer como garantia de operações de crédito, financiamento ou outras operações previstas em lei, ações, com ou sem direito a voto, de titularidade do Estado do Paraná ou de entidades vinculadas àquele Poder, na Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e nas sociedades resultantes da reestruturação de que trata o art. 1º.

§ 1º - O pagamento das alienações deverá ser realizado em moeda corrente, não sendo permitida a utilização de créditos de qualquer natureza.

§ 2º - A quantidade de ações dadas em caução ou em garantia nas operações a que se refere o caput não ultrapassar limite que configure a possibilidade de perda do controle acionário da empresa.

Art. 4º - Para salvaguarda do conhecimento público das condições em que se processará a alienação de que trata o art. 3º desta lei, será dada ampla divulgação das informações necessárias, mediante a publicação de edital no Diário Oficial do Estado e em jornais de notória circulação estadual e nacional, do qual constarão, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) justificativa, indicando o percentual do capital social da sociedade a ser alienado;
- b) data e ato que determinou a constituição da sociedade;
- c) passivo da sociedade de curto e de longo prazo;

d) situação econômico-financeira da companhia, especificando lucros ou prejuízos, endividamento interno e externo, nos cinco últimos exercícios;

e) sumário dos estudos de avaliação da sociedade;

f) critério de fixação do valor de alienação, como base nos estudos de avaliação;

g) modelagem de venda e valor mínimo da participação a ser alienada.

Art. 5º - Os recursos decorrentes do disposto no art. 3º desta lei serão utilizados, após a dedução das despesas inerentes ao processo de alienação, primordialmente, em consonância com as seguintes diretrizes:

I - 60% na área previdenciária sob responsabilidade do Estado do Paraná;

II - 40% nas áreas de educação, saúde e segurança e geração de empregos, onde a presença do estado seja indispensável;

Art. 6º - Até que se promovam as alienações previstas no art. 3º, fica o Poder Executivo autorizado a contrair operações de crédito, financiamentos ou operações de qualquer natureza até o montante de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), por conta das futuras receitas das alienações, observando o disposto no art. 5º.

Art. 7º - Fica criado um conselho consultivo no âmbito do Poder Executivo com a atribuição de acompanhar, opinar e sugerir sobre aspectos técnicos e jurídicos concernentes à reestruturação da COPEL e à alienação do seu controle acionário, bem como de empresa que dela decorrerem por conta da nova modelagem constituída para o setor.

§ 1º - O conselho será composto por um representante designado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, um representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná - CREA-PR, um representante do Ministério Público do Paraná e dois representantes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 2º - O conselho consultivo poderá, por deliberação da maioria absoluta de seus integrantes, requisitar do Poder Executivo ou da COPEL, a qualquer tempo, informações que julgar necessárias para o desempenho de suas atribuições.

Art. 8º - Para a consecução dos objetivos desta lei, poderá o Poder Executivo utilizar-se de serviços de consultoria e assessoria de órgãos ou entidades vinculadas à União, mediante celebração de convênios ou contratos, observada a legislação pertinente a estes.

Art. 9º - O edital de alienação de que trata o art. 3º, trará, necessariamente, informação sobre a existência de crédito disponibilizado por agente financeiro estadual para eventuais compradores, informando o montante possível, garantias exigidas, juros, prazo e outras condições.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 11.253, de 21 de dezembro de 1995, suas posteriores alterações e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoioamento:

Edgar Bueno, Irineu Colombo, Orlando Pessuti, Caíto Quintana e Nereu Moura.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 10 AO PROJETO DE LEI Nº 471/98

Inclua-se o seguinte inciso ao art. 5º, do Projeto de Lei nº 471/98.

“Art. 5º - ...

I - ...

II - ...

III - 10% dos recursos serão aplicados na agricultura, destinados aos pequenos e médios agricultores”.

Sala das Sessões, em 03.12.98.

(a) CARLOS SIMÕES

Apoioamento:

Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins e Geraldo Cartário.

EMENDA ADITIVA Nº 11

Art. 3º - ...

§ 1º - ...

§ 2º - Os sucessores, compradores, titulares e sócios da COPEL ou empresas e sociedades resultantes da reestruturação do capital da Companhia ficam obrigados a manter, nos parâmetros atuais de contribuição e patrocínio, a Fundação COPEL de Previdência e Assistência Social, na condição de mantenedoras, sendo defeso qualquer modificação que implique em violação do equilíbrio de cálculo atuarial da Fundação COPEL ou que ameace ou possa vir a ameaçar as condições de adimplemento financeiro de acordo com as regras dos Planos de Saúde e Benefícios Previdenciários mantido pela citada instituição, em especial dos atuais contribuintes e beneficiários.

Sala das Sessões, em 03.12.98.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoioamento:

Péricles Mello, José Maria Ferreira, Ângelo Vanhoni, Irineu Colombo e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

Como de conhecimento público, atualmente a COPEL possui uma Fundação de Assistência e Previdência Social complementar, estruturada e mantida com recursos e contribuições dos funcionários da empresa e da própria COPEL. Tal acréscimo legislativo visa somente deixar expressa a necessidade de respeito ao direito adquirido dos funcionários contribuintes e beneficiários dos Planos de Saúde e Previdenciário da referida Fundação. Destaque-se, em conclusão, que o desrespeito às regras de manutenção e financiamento da Fundação COPEL podem ensejar, inclusive, situação de absoluto bloqueio à quaisquer empreendimentos com as ações da citada Companhia, pelo que indispensável a aprovação da emenda acima exposta.

EMENDA MODIFICATIVA ADITIVA Nº 12

Art. 5º - Todo e qualquer procedimento autorizado pelo art. 3º da presente lei, deverá ser precedido de prévia análise do PARANAENERGIA, conforme definido pelo Art. 4º desta lei, assegurando-se, para salvaguarda do conhecimento público em que se processará a alienação do citado art. 3º desta lei, a ampla divulgação das informações necessárias, mediante a publicação de edital no Diário Oficial do Estado e em jornais de notória circulação estadual e nacional, do qual constarão, pelo menos, os seguintes elementos:

a) parecer prévio emitido pelo PARANAENERGIA;

b) Justificativa, indicando o percentual do capital social da sociedade a ser alienado;

(...);

Sala das Sessões, em 03.12.98.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoioamento:

José Maria Ferreira, Péricles Mello, Irineu Colombo, Caíto Quintana e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

Com a proposta criação do PARANAENERGIA, sob a forma de agência de controle composta com um conselho paritário de fiscalização, necessita o presente artigo da lei em debate, de adaptação aos termos da nova conformação ora proposta. Destaque-se, não obstante, que o fato do parecer prévio do PARANAENERGIA ser publicado em conjunto com as demais informações constantes do projeto de lei original, ainda viabiliza integral atendimento ao princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos, conforme caput do art. 37 da Constituição Federal.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 13

Fica inserido no Art. 2º do Projeto de Lei nº 471/98, objeto da Mensagem nº 052/98, o seguinte parágrafo único:

“Parágrafo Único - A COPEL e cada uma das sociedades resultantes de sua reestruturação societária, bem como seus sucessores, contribuirão mensalmente com 0,5% (meio por cento) do seu respectivo faturamento, em moeda corrente, sob a forma não reembolsável e sem a utilização de créditos de qualquer natureza, com o Instituto Tecnológico do Laboratório Central de Pesquisa e Desenvolvimento - LACTEC, o qual utilizará as contribuições para capacitação e inovação tecnológica; pesquisa e desenvolvimento; implantação e operação de empreendimentos de base tecnológica”.

Sala das Sessões, em 30.11.98.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

Apoiamento:

Duílio Genari, Irondi Pugliesi, Cesar Seleme, José Maria Ferreira, Joel Coimbra e Luiz Claudio Romanelli.

JUSTIFICATIVA:

Ao longo de sua história, a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, tem realizado significativos investimentos em prol da capacitação tecnológica do Estado do Paraná. Um dos exemplos importantes é o Laboratório Central de Pesquisa e Desenvolvimento - LAC, instalado no Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná - UFPR.

As operações de capacitação e aplicação dos recursos do LAC, são realizadas através do Instituto Tecnológico do Laboratório Central de Pesquisa e Desenvolvimento - LACTEC, o qual, juntamente com a COPEL, também é responsável pela implantação e operação do Centro Tecnológico Industrial do Sudoeste Paranaense - CETIS, localizado em Pato Branco.

Com quase vinte anos de experiência, com uma infra-estrutura de última geração e com profissionais altamente qualificados, representando a maior concentração paranaense de doutores e mestres atuantes junto ao setor produtivo, o LAC é atualmente considerado um dos melhores centros tecnológicos da América Latina. É conhecido como instituição de excelência do setor elétrico brasileiro e constitui-se num modelo de referência nacional no campo das relações universidade-empresa, sendo um verdadeiro motivo de orgulho para o Paraná.

Há de se considerar que se o meritório projeto de lei for aprovado na forma inicialmente proposta, poderão ser comprometidos de forma irreversível os significativos investimentos que o povo paranaense, através da COPEL, tem realizado na capacitação no setor de energia e que tem propiciado

relevantes benefícios sociais, econômicos e tecnológicos para o Paraná.

Na privatização dos setores de telecomunicações, elétrico, o Governo Federal tem exigido que as empresas concessionárias invistam em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Porém, ainda não exige que tais investimentos sejam realizados no País, ou mesmo nas instituições brasileiras já estruturadas para tal.

Dentro do contexto atual e sem os históricos investimentos da COPEL, são reduzidas as perspectivas de manutenção e desenvolvimento da capacitação tecnológica paranaense. Além disso, o comportamento dos futuros controladores da COPEL e de suas empresas sucessoras é uma grande e verdadeira incógnita.

É necessário garantir que os recursos gerados pela exploração dos recursos naturais e pela atuação no mercado paranaense de energia elétrica, seja revertidos de forma privilegiada para o Paraná.

É necessário manter no Paraná os investimentos que a COPEL, ao longo de décadas tem feito em tecnologia, de forma que os recursos aqui gerados não sejam transferidos para instituições de outros Estados e até, como já se tem observado no processo de privatização brasileiro, transferidos para o exterior, gerando empregos e capacitação em outros países.

A manutenção de uma capacitação científica e tecnológica, particularmente na área de energia, é estrategicamente importante para a promoção do desenvolvimento social, econômico e tecnológico. Através da capacitação tecnológica é possível, de forma justa e econômica, atrair e manter empresas, gerar empregos qualificados, preservar o meio ambiente e melhorar o acesso da população aos serviços de energia elétrica, indispensáveis para a melhoria da qualidade de vida.

Portanto, dentro do espírito de atendimento dos legítimos e profundos interesses públicos do Estado do Paraná, visando aprimorar o referido projeto de lei em apreciação nesta Casa, propomos algumas modificações, consolidadas na forma da presente emenda.

Assim, se propõe a destinação ao LACTEC de 0,5% (meio por cento) da receita bruta da COPEL e das empresas sucessoras da mesma, para aplicação em capacitação e inovação tecnológica; pesquisa e desenvolvimento; implantação e operação de empreendimentos de base tecnológica.

O LACTEC, cumpre destacar, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo fornecer serviços, produtos e soluções científicas e tecnológicas que contribuam para o desenvolvimento do setor produtivo, visando ao progresso e bem estar da sociedade brasileira. Além da UFPR e da COPEL, o LACTEC possui como

associados a Associação Comercial do Paraná - ACP, o Instituto de Engenharia do Paraná - IEP e a Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP.

Assim posto e justificado, pedimos o devido apoio aos nobres colegas Parlamentares para a inclusão da presente emenda.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO Nº 14

O artigo 7º passa ter a seguinte redação:

Art. 7º - Fica criado um Conselho Consultivo no âmbito do Poder Executivo com a atribuição de acompanhar, opinar e sugerir sobre aspectos técnicos e jurídicos concernentes à restituição da COPEL e à alienação do seu controle acionário, bem como de empresas que dela decorrem por conta da nova modelagem constituída para o setor.

§ 1º - O Conselho será composto por um representante designado pela Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Paraná, um representante do Conselho Re-gional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná - CREA/PR, um representante do Ministério Público do Paraná e dois representantes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 2º - O Conselho Consultivo poderá, por deliberação da maioria absoluta de seus integrantes, requisitar do Poder Executivo ou da COPEL a qualquer tempo informações que julgar necessárias para o desempenho de suas atribuições.

Sala das Sessões, em 01.12.98

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Em função de ser a maior empresa paranaense e por pertencer ao controle do Estado do Paraná, se faz necessário uma ampla e irrestrita divulgação das ações que irão levar a transferência de sua participação societária, dando à sociedade, de forma isenta, oportunidade de acompanhar, fiscalizar e defender o interesse público.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 15

Fica acrescentado ao presente projeto de lei o artigo 9º, com a seguinte redação:

Art. 9º - O edital de alienação de que trata o artigo 3º trará, necessariamente, informação sobre a existência de crédito disponibilizado por agente financeiro estadual para eventuais compradores, informando o montante possível, garantias, juros, prazos e outras condições.

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 16

Fica criado o parágrafo segundo no artigo 3º do presente projeto de lei, com a seguinte redação:

§ 2º - A quantidade de ações dadas em caução ou em garantia nas operações a que se refere o "caput" não pode ultrapassar limite que configure a real possibilidade de perda do controle acionário da empresa.

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 17

O artigo 9º do presente projeto de lei passa a ser numerado como artigo 8º, com a seguinte redação:

Art. 8º - Para a consecução dos objetivos desta lei poderá o Poder Executivo utilizar-se de serviços de consultoria e assessoria de órgãos ou entidades vinculadas à União, mediante celebração de convênios ou contratos, observada a legislação pertinente.

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

O 1º SECRETÁRIO (**Luiz Carlos Martins**)

Do Deputado Luiz Carlos Simões e demais Deputados. Emenda aditiva:

(Lê a emenda)

Emenda substitutiva, do Projeto de Lei nº 471/98, do Deputado José Maria Ferreira: o artigo 7º passa-se a ter a seguinte redação.

(Lê a emenda)

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, tenho uma emenda sobre a matéria e me parece que não foi lida.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

As emendas apresentadas ontem constam na Ordem do Dia de hoje. Estão publicadas em avulso.

O SR. JOEL COIMBRA

(Lê):

"COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO

Instalada a Comissão Geral de Plenário e instada a pronunciar-se sobre as emendas apresentadas em Plenário ao Projeto nº 471/98, esta relatoria tem a fazer as seguintes considerações. Inicialmente, importa ressaltar, que a Comissão de Constituição e Justiça apresentou Substitutivo Geral ao projeto de lei em exame, ao qual introduziu as seguintes alterações:

a) o substitutivo determina que parte das ações colocadas à venda será destinada aos empregados, com percentual e deságio a ser definido (art. 4º), impondo a obrigatoriedade de especificação do percentual e valor do deságio no edital respectivo (art. 5º, alínea h);

b) determina que a sede das sociedades resultantes da reestruturação permaneça no Estado (art. 6º, inciso I);

c) determina que os novos controladores e seus sucessores da Companhia, assumam o patrocínio da Fundação COPEL de Previdência e Assistência Social, na condição de mantenedores, sem impedimento de futuras negociações visando alterar as condições assumidas, ficando assegurado, aos atuais participantes, a manutenção das normas contidas nos regulamentos dos planos de saúde e benefícios previdenciários em vigor na data da publicação da respectiva lei (art. 6º, inciso II);

d) garante a representatividade dos empregados da COPEL junto ao Conselho de Administração (art. 6º, inciso III);

e) estabelece percentuais de utilização dos recursos obtidos, na ordem de 70% (setenta por cento) para a área previdenciária sob a responsabilidade do Estado e de 30% (trinta por cento) para as áreas de educação, segurança, saúde, agricultura, transporte, programas de desenvolvimento e geração de empregos (art. 7º).

Tais operações foram apresentadas atendendo solicitações colhidas em entendimentos mantidos com servidores, empregados da COPEL, representações de classe e junto aos Parlamentares com assento nesta Casa.

Em razão disto as emendas apresentadas agora, embora de louvável espírito público, não merecem acolhida, à luz das disposições constitucionais, legais e regimentais em vigor,

Diante disto esta Relatoria apresenta o parecer no sentido de que seja aprovado o Substitutivo Geral da Comissão de Justiça, na forma como aprovado naquela Comissão, rejeitando-se as demais emendas apresentadas."

É o parecer, Senhor Presidente, neste Plenário oferecido nesta data.

O SR. DOUTOR ROSINHA (**Pela Ordem**)

Gostaria que o relator permanecesse, porque quero lhe fazer uma pergunta.

As emendas não foram aceitas, alega o relator que acabou de ler, porque diz ele que fere a Constituição e o arcabouço legal.

Pergunto: qual é o artigo da Constituição Federal, qual é o artigo da Constituição Estadual e qual é o arcabouço legal que foi ferido pelas emendas apresentadas pelo Plenário? Porque é necessário ter a contra-argumentação legal e constitucional por

parte dos nossos Parlamentares, para saber qual dos artigos forma infringidos pelas emendas propostas por todos nós, Parlamentares. Gostaria que o relator desse essa resposta ao Plenário.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Para Discutir**)

Senhor Presidente, me parece que estamos conduzindo e gostaria da atenção do Deputado Joel Coimbra, inclusive.

Ora, nesta Casa, Senhor Presidente, a Bancada que votará a favor da venda das ações da COPEL é amplamente majoritária. Agora, não posso entender sob qual justificativa, para que possamos, na C.C.J. - que não vai apreciar o conteúdo da matéria, vai apreciar a constitucionalidade apenas - apresentar-se um substitutivo que altera, profundamente, a questão, inclusive de destinação de recurso - e se diz que isto é constitucional! Este Parlamentar tem uma emenda que respeita - por impossibilidade até de uma posição diferente - o conteúdo inteiro do projeto, apenas estabelece o seguinte, no artigo 1º, que diz: "Fica o Poder Executivo autorizado a implementar a reestruturação societária da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, através de qualquer de seus meios previstos em lei ou da combinação entre eles, ficando o Estado do Paraná, bem como aquela Companhia, autorizados a promoverem estudos e criar sociedades coligadas, controladas ou subsidiárias julgadas necessárias para tal fim."

Este Parlamentar apenas aumenta o seguinte, numa emenda, valorizando este Poder, dizendo: "Fica o Poder Executivo autorizado, mediante 'ad referendum' da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná," e o resto inteiro, do artigo, que o Governo está sugerindo.

Ora, estou aqui, numa emenda, defendendo a prerrogativa mínima deste Parlamento, que é "ad referendum", não prejudicando absolutamente em nada o projeto do Governo. Pois aqui, inclusive, o Governo pede autorização num artigo em separado, autorização para caucionar até 2 milhões com o BNDES, para levantar dinheiro antes, se votado conforme a emenda deste Parlamentar continuará podendo fazer isto, sem obstáculo nenhum, porque é um artigo em separado. Continuará podendo fazer tudo, apenas mantendo, desta Casa, "ad referendum", quer dizer, depois de fazer, submete a esta Casa de Leis. E a Comissão de Constituição e Justiça me diz que isto é ilegal! Que não é constitucional o exercício do meu mandato, de uma emenda que cabe a mim fazer!

Ora, me desculpem Senhores Parlamentares da base governista, mas até o rolo compressor tem limite! Se tem número para derrubar na C.C.J., vai ter número para derrubar a emenda depois, no Plenário! Ora, diga aquilo que é natural desta

Comissão a que pertenço - é constitucional! É constitucional! Põe em votação e derruba! Mas não me negue o direito de ver apreciado no Plenário desta Casa esta emenda.

Por que que o parecer do nobre Presidente - e me desculpe, Deputado Joel Coimbra - em que baseia-se Vossa Excelência para dizer que o seu substitutivo, que mexe no conteúdo do projeto, é constitucional, e a minha emenda, que não mexe, não é? Por que é que minha emenda não pode vir a Plenário para ser apreciada? Por que é que a C.C.J. vai dizer que ela é inconstitucional, se ela não é? Ela não é, porque esta prerrogativa quem me deu foi o mandato que exerço, de apresentar na Comissão uma emenda e ela ser apreciada. Depois, no Plenário, aí é uma questão de maioria ou minoria. Aí Vossa Excelência tem o pleno direito de derrotar a emenda aqui no Plenário. Mas de mantê-la na Comissão de Constituição e Justiça, dizendo que ela é inconstitucional, esse direito ninguém tem, de fazer em contrário! Até porque, o mesmo relator que diz que esta emenda minha é inconstitucional, diz que a sua - que mexe no conteúdo do projeto - é constitucional!

Então, não é possível este parlamento ignorar e pisar em cima da Constituição e do Regimento Interno!

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para discutir)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos nesse momento discutindo parecer do nobre relator da Comissão Geral, Deputado Joel Coimbra, nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

Evidentemente que, neste momento em que o assunto vem à discussão em 2ª votação, que já estamos na fase de análise do mérito. Por esta razão, não posso me calar neste momento, e não posso deixar de me solidarizar com o Deputado Caíto Quintana, e me solidarizar com o pronunciamento já feito pelo Deputado Florisvaldo Fier, e certamente com os pronunciamentos que farão outros Parlamentares, porque o relato que faz em Comissão Geral o nobre Deputado Joel Coimbra.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para discutir)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos nesse momento discutindo Parecer do nobre Relator da Comissão Geral, Deputado Joel Coimbra, nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

Evidentemente que, neste momento em que o assunto vem à discussão em 2ª votação, já estamos na fase de análise do mérito.

Por esta razão, não posso me calar neste momento, e não posso deixar de me solidarizar com o Deputado Caíto Quintana, e me solidarizar com o

pronunciamento já feito pelo Deputado Florisvaldo Fier, e certamente com o pronunciamento que farão outros parlamentares, porque o relato que faz em comissão geral o nobre Deputado Joel Coimbra, carece este relato de conteúdo e de justificativa constitucional para assim se proceder.

Disse bem o Deputado Caíto Quintana, na Comissão de Constituição e Justiça onde temos estado por diversas vezes participando e deliberando naquela comissão, muitas vezes somos impedidos de apresentar sugestões, de se aprovar um determinado relatório, uma determinada emenda, por simples argumentação de que aquela comissão trata dos aspectos constitucionais, dos aspectos legais, e não pode aquela comissão entrar no mérito da questão.

Pois bem! No caso presente do Projeto de Lei 471, em que como duas vertentes principais visa reestruturar a COPEL, e no segundo momento pede uma autorização de 2 bilhões de empréstimos ao Paraná, pode aquela comissão, ao apresentar e ser discutido o relatório da lavra do próprio Deputado Joel Coimbra, pode aquela comissão naquele momento, mexer no conteúdo do projeto, no mérito dos assuntos que estavam sendo discutidos, mudando significativamente o projeto original, se comparado com o substitutivo, sendo esse inclusive o motivo de considerações feitas no Plenário, na tarde de ontem, pelo líder do governo, Deputado Valdir Rossoni, que justificava a melhoria do projeto, a modificação do projeto, fruto da interferência dos Senhores Deputados, e que isso estava contido no relatório apresentado na forma de substitutivo geral pelo Deputado Joel Coimbra.

Disse bem o Deputado Caíto, disse bem o Deputado Dr. Rosinha. Quais são os argumentos, quais são as alterações legais e constitucionais que ocorreram no País e no Estado do Paraná, nestas últimas 25 horas, que dão agora argumentos que permitem o Deputado Joel Coimbra dizer que essas emendas são inconstitucionais?

Quais são as modificações que teve a nossa Constituição? Se lá na CCJ, quando se tratava da constitucionalidade pode se mexer no mérito? Por que agora quando discutimos o mérito não se pode acatar essas emendas que são efetivamente regimentais e constitucionais.

Busco, para me somar ao Deputado Caíto Quintana que me falou de sua emenda, a Emenda nº 1, publicada nos avulsos; busco a emenda do Deputado Ângelo Vanhoni, que acho bastante oportuna para este momento, a Emenda nº 4, de autoria do Deputado Vanhoni e de outros Deputados e que teve desde o início também o nosso apoio.

Diz a emenda: Até que se promovam as alienações previstas no artigo 3º, fica o Poder Executivo por si, ou pela Paraná Investimentos autorizado a

contrair operações de crédito ou financiamento até o montante de 500 milhões, por conta das futuras receitas das alienações observando o disposto no artigo 5º.

Porque entendo ser esta emenda oportuna, além de ser regimental e constitucional a sua tramitação.

Entendo ser oportuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque o que temos ouvido, ou melhor temos visto nos jornais é de que o governo buscará um empréstimo para saldar os seus débitos com a folha de pagamento de dezembro e 13º salário.

E comenta-se que a necessidade não ultrapassa a casa dos 400 milhões. Portanto, a necessidade que tem o governo, neste momento, de dinheiro, não ultrapassa a casa dos 500 milhões que estão sendo autorizados pela emenda do Deputado Ângelo Vanhoni, que tem o nosso apoio.

Fala-se também que o governo buscará um empréstimo de 1 bilhão e duzentos milhões, porque pretende capitalizar o fundo de previdência que vai ser votado. Pois bem, o fundo de previdência está em fase de discussão na Assembléia, não sabemos ainda qual é a formatação final que terá esse fundo, não sabemos ainda qual é a proposta que virá do relatório do nobre Deputado Eduardo Trevisan, não sabemos como ficará esse fundo ao final da sua votação aqui na Assembléia, não sabemos se esse fundo vai ser votado agora em dezembro ou se ficará para janeiro, fevereiro, já que não existe uma obrigatoriedade de se votar neste mês de dezembro, como é o caso da Lei do IPVA que teremos que votar, sim no mês de dezembro para ter efeito financeiro no ano que vem. Se esse empréstimo que é solicitado de dois bilhões é para pagar a folha de pagamento de dezembro e é para capitalizar o fundo. Muito mais sensato, muito mais inteligente, neste momento, seria aprovarmos a autorização que permite a proposta da Emenda nº 04, do Ângelo Vanhoni e de outros Deputados, para que o Governo tivesse o dinheiro que precisa para os servidores públicos estaduais e 13º salário em dezembro, para que, quem sabe, pudesse, esse governo, fazer aquilo que durante 12 anos os governos do PMDB fizeram, que foi repassar recursos aos municípios, para ajudá-los no pagamento do 13º dos municípios do Paraná.

Então, aprovemos os 500 milhões que precisa o Governo agora e deixemos para depois o restante que é necessário para a capitalização do fundo, porque a mim parece, Senhor Presidente, nobre relator Eduardo Trevisan, que é muito mais sensato do que colocar lá um bilhão, oitocentos milhões no fundo. Muito mais sensato é caucionar as ações da COPEL nesse fundo, para que esse fundo de previdência, bem gerido, bem administrado, possa, no momento mais oportuno que julgar necessário,

vender essas ações nas bolsas, como é tradição e costume. Mas, não agora, caucioná-las e entregá-las ao BNDES, que poderá, amanhã ou depois, já promover a venda dessas ações, no momento em que sabemos ser um momento desfavorável para a comercialização e a venda das ações. Basta vermos a última venda que foi feita na Bolsa de São Paulo e que foi, ontem, aqui mencionada pelo Deputado José Maria Ferreira, onde o Estado recebeu pouco mais de três reais e oitenta centavos por cada lote que vendeu. Não é a medida mais inteligente, nesta hora, vender as ações, não é a medida mais correta, nesta hora, com o patrimônio público do Paraná, fazer isso. E é por essa razão, nobre Deputado Joel Coimbra, que não podemos concordar com a linha que adota Vossa Excelência, na tratativa que adota Vossa Excelência ao relatar o projeto original, propondo um substitutivo que na sua avaliação constitucional, ilegal, mexeu por inteiro com o projeto, e agora, quando algumas emendas que são regimentais, que têm amparo constitucional, Vossa Excelência as rejeita pelo simples argumento que as mesmas não encontram amparo no arcabouço constitucional e legal existentes. Ontem encontrava, hoje não encontra. O arcabouço constitucional de ontem, às 14 horas e 35 minutos, ou 40 minutos, quando foi votado o parecer lá na C.C.J., era o mesmo de hoje, às 15 horas e cinco minutos!

Portanto, Senhor Presidente, disse bem o Deputado Caíto Quintana, o rolo compressor tem que ter os seus limites, porque não é admissível que num momento como esse, nós, os Parlamentares todos, possamos concordar com este desvirtuamento total das considerações e dos parâmetros constitucionais existentes na análise desta ou daquela emenda.

Repito: é prudente aceitarmos a emenda do Deputado Caíto Quintana, por nós avalisada, onde pede que a reestruturação da COPEL tenha o referendo da Assembléia, porque hoje aqui nesta Casa, fui autor de uma indagação a Sua Senhoria o Doutor Ingo Hubert, Presidente da COPEL, perguntando a ele como ficaria a COPEL depois da reestruturação ou da desestruturação, como pretendo chamar. Ele próprio argumentou dizendo que não sabe como vai ficar a COPEL.

Se nem o Presidente da COPEL sabe como vai ficar, tenho certeza que nenhum dos Deputados que vota a favor desta matéria, sabe como vai ficar a COPEL. Por isso, oportuno é que nós, Deputados Estaduais, que temos a responsabilidade e a representatividade eleitoral - como bem disse ontem o Deputado Rossoni, que aqui está, em nome não só dele mas de mais de 60 mil eleitores que sufragaram o seu nome no último dia 04 - cabe a nós neste momento, colocar este singelo dispositivo do "ad referendum" para que possamos saber como vai

ficar a estruturação societária da COPEL, porque nem o Presidente dela sabe hoje, nenhum dos Deputados que aqui estão, sabem.

Era bom que soubéssemos em algum momento, como ficaria a situação da COPEL e se hoje o governo precisa de 400 ou 500 milhões - autorizamos os 400 milhões - capitalizamos o Fundo com as ações da COPEL para vendê-las no momento apropriado, em que poderá render muito mais do que renderá hoje.

Qualquer coisa que fizemos diferente da Emenda nº 4 do Deputado Vanhoni, da Emenda nº 1 do Deputado Caíto, é agirmos entregando ao Governo do Estado, aquilo que não temos, é entregando a ele um poder que ele não merece, porque até hoje não demonstrou ter condições de governar com zelo, com competência e com labor administrativo, este Estado.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Com base no artigo 107 do nosso Regimento Interno, neste momento estamos debatendo o parecer do Deputado Joel Coimbra. Até por ser Presidente da C.C.J., talvez equivocadamente estejamos confundindo a sua figura e o momento que vivemos neste Plenário.

Não estamos aqui para discutir a constitucionalidade da lei, somente. O artigo 107 é muito claro. O Deputado Joel Coimbra fundamenta muito bem o seu parecer, para que possamos discutir. Diz o Artigo 107, exaustivamente, sobre a matéria:

“A sessão plenária da Assembléia será transformada em Comissão Geral por proposta conjunta de líderes, ou por um terço dos membros da Assembléia, sob a direção de seu Presidente, para:

I - Debate de matéria relevante;

II - Estudo de qualquer assunto ou outro fim determinado.”

Senhor Presidente, como toda norma jurídica obedece a um anel firme e seguro, onde ela permite, proíbe ou obriga, não está aqui o Deputado Joel Coimbra e nem nós, proibidos de discutir o mérito da matéria, como no caso específico da C.C.J., onde se discute estritamente a constitucionalidade da matéria.

Logo, se não estamos proibidos de discutir o mérito, o seu parecer, Deputado Joel Coimbra, é brilhante. Não cabe a discussão. O seu parecer é muito mais amplo.

Poderia ter se manifestado sobre técnica legislativa, sobre constitucionalidade também porque isto é permitido em Comissão Geral, mas ele foi mais abrangente, foi além porque não está vedado, não está proibido pelo artigo 107 do nosso Regimento Interno. Razão pela qual quero parabenizar o colega pela profundidade do seu parecer e pela condução que, efetivamente o senhor está dando no

encaminhamento deste seu parecer para que possamos todos nós aqui apreciar esta matéria tão relevante e de interesse público do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. JOEL COIMBRA

Senhor Presidência, agradecendo a intervenção do eminente colega Durval Amaral e também as observações feitas pelos Deputados Rosinha, Caíto e Pessuti, devo dizer inicialmente o seguinte:

Primeiro, as emendas evidentemente, não julgam o mandato do Parlamentar, então, a aprovação ou a rejeição da Emenda é algo que não tem nada a ver com a aprovação ou desaprovação do mandato Parlamentar.

O nosso parecer se baseia no artigo 43 parágrafo 3º do Regimento que permite que seja verbal e no artigo 107 dentro da linha que foi colocada pelo Deputado Durval Amaral.

O Deputado Rosinha questiona o artigo em que esta relatoria se baseia. É preciso, até por ser esta uma Casa de Leis, tecer algumas considerações porque, Deputado Rosinha, quando alguém se dispõe e analisar uma lei, a interpretar um texto de lei, pode parecer suficiente a mera dissecação de artigos, a busca gramatical ou verbal do texto escrito. Esta pode ser a forma mais tranqüila de interpretar, mais cômoda, mais fácil, mais comum, mas não é, com toda a certeza, a forma ideal, a forma adequada da interpretação. É preciso não confundir, Senhor Presidente. E, estando aqui numa Casa de Leis, é preciso que isto fique acertado, é preciso não confundir a lei com o direito, a Constituição com a constitucionalidade, ela revela uma parte, uma faceta, um pedaço do direito, mas não todo o direito. Este deve ser analisado na interpretação do espírito que levou à conjugação destes artigos. É por isso que se diz que a lei é o espelho do grau das aspirações de um povo e dos seus critérios éticos em que o legislador se inspirou, e, quando vamos buscar o sentido de uma norma constitucional, devemos primeiramente nos basear nos textos de interpretação que o legislador coloca em todas as constituições. E, a Constituição Federal, a melhor de todas as constituições, a mais democrática, a melhor elaborada, trás esta proposta que está colocada lá no seu início quando fala sobre os fundamentos do Estado brasileiro e, posteriormente, dos seus objetivos. E, no artigo 3º, ela elenca entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre outros, garantir o desenvolvimento nacional. Neste texto reproduzido na nossa Constituição do Estado, em que foi relator o Eminente Parlamentar Caíto Quintana trás já no seu artigo 1º, no inciso 5º, entre os princípios do Estado, a busca permanente do desenvolvimento e da Justiça Social.

Resta então, neste momento, procurar compatibilizar o espírito do projeto, ou melhor, averiguar se o espírito do projeto que está sendo analisado, encontra compatibilidade com estes projetos aqui, e aí, não cabem avaliações pessoais mas isto sim, avaliação do conjunto.

E, a proposta, o objetivo, é trazido na exposição de motivos do autor quando apresenta as razões pela qual ele procura promover a reestruturação da empresa, e, se for o caso vender, dar em caução, alienar e obter os empréstimos. E, faz isto baseado na Constituição no seu artigo 7º incisos 4º, 18 e 19 que não vou ler por questão de brevidade e porque os nobres colegas têm.

Portanto, a avaliação sobre os termos da constitucionalidade deve ser no sentido se as propostas apresentadas encontram compatibilidade com a finalidade do projeto.

Quando a Comissão de Constituição e Justiça decidiu apresentar este substitutivo acatando solicitação de representantes da empresa, de trabalhadores que vieram aqui e trouxeram por escrito, ela procurou exatamente seguir a linha de promover a justiça social, garantir aos trabalhadores o direito de participar da vida social da empresa, integrar o Conselho Fiscal, o direito de participar tendo preservada a Fundação COPEL. É obrigação dirigida à empresa e às suas sucessoras e suas subsidiárias de permanecer com a sede neste Estado, mas, isso dentro de uma linha estabelecida de cumprir e consolidar a finalidade do projeto.

Não se trata aqui de dizer que esta ou aquela emenda está em choque com este ou aquele artigo do código ou da Constituição, mas se analisar a compatibilidade desta emenda com a finalidade do projeto. E, se formos colocar estas emendas de maneira como foram colocadas, elas evidentemente vão tornar o projeto sem razão de ser, vão frustrar os objetivos do projeto e aí que se justifica a sua rejeição. Em face disso, Senhor Presidente, requeiro a Vossa Excelência que acolha o nosso requerimento e espero os eminentes companheiros Parlamentares compreendam e acolham a nossa exposição.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, não quero me tornar inoportuno, mas quero discordar apenas para não tornar isso como regra geral nesta Casa, a argumentação do Deputado Durval Amaral e do eminente Deputado Joel Coimbra, porque um arrazoado brilhante no entanto insustentável em qualquer instante constitucional.

Apenas para citar a Comissão Geral, Deputado Durval Amaral, no artigo 107 diz o seguinte: em sessão plenária será transformada Comissão Geral por proposta conjunta de líderes ou por um

terço dos membros da Assembléia para debate de matéria relevante, estudo de assuntos de outro fim determinado, para discussão de projetos de lei, para convocação de Secretário. Isso é a transformação em Assembléia Geral. Isto não significa que dá o direito da Comissão de Constituição e Justiça, na análise de constitucionalidade, entrar no mérito e decidir por conta própria. Essa evocação que Vossa Excelência faz não é a evocação do Regimento Interno, essa é a justificativa para poder ter Comissão Geral. Agora, Comissão Geral obedece todos os critérios, inclusive mais um que o Regimento diz e que não estamos nem olhando, que tem que passar por duas comissões. O Deputado Joel Coimbra deveria dar o parecer de constitucionalidade, e se fosse a questão, a Comissão de Finanças daria o parecer depois de mérito dizendo que as emendas poderiam prejudicar o andamento do projeto, mas não matar o direito do próprio Plenário convocando em Comissão Geral decidir sobre as emendas apresentadas ou não.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Em votação o parecer.

O SR. DR. ROSINHA

Para Encaminhar Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Para encaminhar a votação, Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a exposição, a defesa do parecer feito pelo Deputado Joel Coimbra de início dava impressão que ia dar uma jurisprudência na área, mas quando foi concluindo vimos que não leva a lugar nenhum porque não é compatível até com as questões que estavam em discussão. Foi lido ao fazer o seu parecer o Deputado leu da outra tribuna partes do parecer aprovado na CCJ, depois de apresentar o substitutivo na CCJ que vai até o artigo 12, vem uma justificativa desse substitutivo. Foi isso que o Deputado Joel Coimbra leu. Ao terminar essa parte diz o Deputado Relator: "Ao analisar à luz da Constituição Federal, Constituição Estadual e Regimento Interno aconselhamos pelo acatamento das emendas". Dizer que as emendas apresentadas pelos Deputados ferem os artigos da Constituição que ele citou, que prega o desenvolvimento do Estado, é dizer que as emendas apresentadas pelos Deputados são contra o desenvolvimento do Estado do Paraná. Ora, as emendas não entram no mérito de nenhuma análise econômica e nenhuma análise de investimento. As emendas propõem melhoria do projeto original, inclusive melhoria ao substitutivo, no que diz respeito à transparência do uso dessa verba

arrecadada e da fiscalização dos rumos que devem tomar a COPEL e o Governo do Estado. Por que a oposição apresenta isso? Porque a oposição não acredita no atual Governador e no próximo mandato dele, corrupção já teve demais no BANESTADO e todos os senhores sabem, desvio de dinheiro já existiu e todos os senhores sabem, porque não tem democracia e não tem transparência. As emendas apresentadas pela oposição, e aqui vou me ater a duas, uma apresentada pelo Deputado José Maria, e outra apresentada pela bancada do PT, cujo signatário primeiro é o Deputado Ângelo Vanhoni, estabelece uma forma de se fiscalizar a privatização da COPEL, que hoje pela manhã o engenheiro Ingo Hubert não soube dizer como será estruturada a futura empresa. Se não sabe dizer como ela será estruturada, não sabe dizer também quem serão os responsáveis. E não sabendo dizer isso é porque não teremos fiscalização. Ambas as emendas vão no sentido de fiscalizar o Poder Executivo, que não acreditamos.

E isso que o Deputado Joel Coimbra fez como relator, inclusive foi porque se ele pela manhã compareceu na exposição do engenheiro Ingo Hubert não prestou atenção no que disse o engenheiro e do qual vou ler agora de acordo com as notas taquigráficas do que disse ele: perguntado sobre os preços de tarifas e o quanto chegará a exploração sobre principalmente as pessoas mais pobres, sobre aqueles que, hoje à duras penas pagam a conta de luz, disse ele: "Futuramente estarão também as agências reguladoras dos estados." Com base, como bem sabe V. Exa., existe uma iniciativa do Governo do Estado do Paraná, conforme a lei de concessões de criar uma agência reguladora no nosso Estado. O início dessa agência reguladora, que diz ele que vai fiscalizar, poderia bem ser as propostas feitas pela nossa bancada e pelo Deputado José Maria. Se for verdade o que disse o Ingo Hubert, se é verdade que o governo deseja que se obtenha e que ocorra fiscalização, já prove essas emendas, porque senão é mera retórica. Ou será uma agência reguladora ou um conselho de fiscalização na qual entrarão todos os apaniguados do Sr. Governador e do Sr. Ingo Hubert, ou seja, todos aqueles que estão do lado de se aproveitar da privatização da COPEL para o bem pessoal ou para o bem de uma minoria do nosso Estado.

Por isso, as nossas emendas não ferem a Constituição. Gostaria que Relatores daqui para a frente, ao relatar, sejam claros em dizer quais os artigos que estão ferindo, porque essas emendas não ferem a nenhum. O que me assusta é que um promotor público, que deveria conhecer toda a legislação não se servisse a esse tipo de parecer, porque compromete profissionalmente quaisquer pareceres

daqui para a frente, dentro deste parlamento ou fora dele.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Em votação o projeto, o parecer do Relator Geral.

Há um Requerimento nº 1196 de destaque do Deputado Caíto Quintana para a Emenda nº 01. Vou votar o parecer, sem prejuízo de apreciação posterior do requerimento do Deputado Caíto Quintana.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Pela Ordem?

(**Assentimento**)

Em atenção ao que me solicitou o Deputado Vanhoni, peço também destaque para a Emenda nº 4, do Deputado Vanhoni, que foi por nós defendida na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Infelizmente está encerrado o prazo para a apresentação de requerimentos. Vossa Excelência não apresentou requerimento.

Votação ao parecer do Relator Geral, sem prejuízo do requerimento do Deputado Caíto Quintana, que solicita destaque para a Emenda nº 01.

Os Senhores Deputados que aprovam o parecer, conservem-se como estão. Ressalvado o requerimento do Deputado Caíto Quintana.

Aprovado o parecer.

O SR. DR. ROSINHA

Voto contrário da Bancada do PT.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Peço que V. Exa. registre o voto contrário dos Deputados do PMDB, presentes na sessão.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, voto contrário.

O SR. NEREU MOURA

Senhor Presidente, voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Em votação o requerimento do Deputado Caíto Quintana. Solicita destaque para a Emenda nº 01. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão.

Aprovado.

Vamos agora proceder a votação do Substitutivo Geral da Comissão de Justiça e em seguida a votação do destaque, requerido pelo Deputado Caíto Quintana.

Em votação o Substitutivo Geral.

Os Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

O SR. DR. ROSINHA

Senhor Presidente, Para Encaminhar a votação. Encaminhei a votação sobre o parecer, sobre o projeto de lei e o substitutivo, não. Estou pedindo Para Encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Aníbal Khury**)

O Senhor está com a palavra.

O SR. DR. ROSINHA

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na manhã de hoje estive na Assembléia Legislativa o Engenheiro Presidente da COPEL, Dr. Ingo Hubert. Aliás teria sido bom que tivesse vindo acompanhado de alguém que soubesse responder as principais questões aqui formuladas, porque as mais importantes não foram respondidas. E eram respostas importantes para que nossa Bancada pudesse se posicionar inclusive melhor, se é que alguém acha que talvez estejamos nos posicionando de forma inconveniente.

Perguntado pelo Deputado Ângelo Vanhoni se a COPEL terá ou não, condições de competir no mercado, e também perguntado se os consumidores, como um consumidor residencial aqui de Santa Quitéria, ou da Água Verde, ou de qualquer outro lugar, terá energia mais barata, poderá optar, na concorrência, de uma maneira mais barata? Respondeu o Sr. Presidente da COPEL que consumidores como a Renault poderia perfeitamente comprar energia através do sistema interligado de outro fornecedor, se assim entender, ou seja, deu o exemplo da Renault, porque é um consumidor de mais de 3 megawatts de potência instalada. Quer dizer, estes fornecedores hoje poderão comprar energia no mercado como dizem e gostam os neoliberais.

O pequeno consumidor não terá esta condição, se hoje o consumidor de energia residencial, está, como eles alegam, sob as garras do monopólio estatal, estarão, depois da privatização da COPEL, sob as garras, a mordada, a exploração das empresas privadas que comprarem a COPEL. Isso não sou eu quem está dizendo, foi dito pelo Sr. Ingo Hubert ao dizer que quem consome menos de 3 megawatts não terá mecanismo para buscar mais energia mais barata no chamado mercado.

Perguntado também sobre a questão da venda das ações, quanto a COPEL detém, o quanto ela recebeu, qual é o controle que ela tem hoje, possível de ser vendido, o quanto arrecadou, a que valor venderá, ele disse que é uma questão a ser perguntada ao Sr. Giovanni Gionédís.

Ora, estas perguntas vêm sendo feitas, neste parlamento há mais de 3 meses, aliás há muito

tempo, se pegarmos desde os primeiros requerimentos apresentados por nós, Deputados, quando já se discutiu as Leis de Concessão, e quando se discutiu as Leis que autorizavam as vendas de ações da COPEL.

Portanto, se vem aqui o Engenheiro Ingo Hubert e diz que não sabe responder ou ele está mal assessorado ou ele é meramente um cumpridor de ordens do Palácio Iguaçu, e aí não serviria para ser Presidente da COPEL.

Não saber responder como tem se comportado as ações da empresa que ele preside, no mercado, ou está de má fé, como ele gosta de dizer que é esta Oposição, ou ele é incompetente! Porque nunca vi alguém administrar uma empresa sem ter conhecimento da situação acionária desta empresa! É somente no Governo Jaime Lerner que alguém é capaz disso. Ou então, está tratando indevidamente a causa pública, de maneira desrespeitosa. Ou no mínimo não importando o rumo que toma. Não saber das condições é não saber nem quanto vai ser arrecadado pela privatização da COPEL.

Diz o Engenheiro Ingo Hubert, que a COPEL, ao longo dos anos de 1997 e 1998 até a presente data, investiu um bilhão e trezentos milhões de reais, na melhoria dos seus serviços, ou seja, investiu uma fortuna para fazer da COPEL uma empresa eficiente, a melhor do País. E agora, esse um bilhão e trezentos milhões, votará na hora de ser privatizada essa empresa? Provavelmente não. Dou o exemplo do Sistema TELEBRÁS, que investiu no ano passado, vinte e dois bilhões na melhoria do sistema de telecomunicações e depois foi privatizada por vinte e três bilhões.

Aqui no Paraná vai acontecer a mesma coisa. Investe mais, nos melhores serviços para depois passar para o setor privado, para o aumento da lucratividade desse setor privado. Disse também pela manhã, que hoje a COPEL, empresa de eficiente qualidade que dá lucro, tem bons profissionais e é competitiva. Porém essa empresa, diz ele, em pouco espaço de tempo perderá essa capacidade. Digo: perderá se continuar sendo administrada como vem sendo na gestão Jaime Lerner, com aquele diretor presidente que tem, que não consegue defender a empresa.

Achar que o pensamento único neoliberal que tem sido posto no mundo e que tem sido vontade de ser o pensamento único, não é. É um pensamento que vem sendo questionado. E esse pensamento único que tentam colocar como hegemônico no mundo, na cabeça dos nossos governantes, só aceitam aqueles que estão a serviço do grande capital internacional e nacional. Aqueles que não têm na causa do povo a razão da administração pública. Esse pensamento único do qual Ingo Hubert não tem capacidade de se opor, porque ele diz que a

empresa será engolida por essas. Porque não consegue, na hora da imposição, achar alternativa ou talvez não quer achar alternativa porque já está comprometido com o outro lado. Porque se for inteligente - não sendo inteligente se submete àquilo que vem sendo imposto a nível de mundo inteiro como é a questão da globalização, o mercado e o Projeto Neoliberal.

Governantes que resistem - e existem vários exemplos no mundo - mais da metade dos países subdesenvolvidos não acataram as cartas de intenções do banco mundial. Os que acataram são países sub-emergentes hoje, que na hora em que pensam emergir quebram, como a Indonésia, Coréia, México, Rússia e outros tantos exemplos.

O pensamento único não é o pensamento que pode ser considerado como a verdade única, porque ela não existe. E é necessário se opor a isso. E a COPEL tem instrumento para se opor a isso. Uma empresa que comprou ações da SANEPAR e pode ampliar seu mercado na área de saneamento e esgoto. Uma empresa que comprou ações do SERCONTEL e tem seu estatuto permitindo que atue na área de telecomunicações, não é uma empresa fadada a não competir no mercado. Se ela fosse fadada a não competir, se ela fosse fadada a falência, a INEPAR não vinha em 1996, há dois anos atrás, querer consórcio com esse tipo de empresa. É que essa privatização somente vem de encontro com aqueles que estão servindo hoje ao grande capital como já disse. Ou aqueles incapazes de pensar algo diferente do que se está colocando. Ou aqueles que estão a interesse de algumas empresas e empresários do nosso estado e do nosso País.

Por isso a nossa bancada tem se colocado contra a privatização. Porque quanto a isso que estamos falando, a COPEL não consegue provar o contrário, nem ela, nem o Governador do Estado, nem a Bancada de sustentação ao governo.

Por isso que nós, da Bancada do PT, estamos nos colocando contrário e votamos contrário ao Substitutivo Geral apresentado na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Em votação o Substitutivo Geral.

Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo Geral, sem prejuízo da apreciação da emenda do Deputado Caíto Quintana, conservem-se como estão. **Aprovado.**

O SR. IRINEU COLOMBO

Com voto contrário da Bancada do PT.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Voto contrário, Senhor Presidente.

O SR. NEREU MOURA

Peço que registre meu voto contrário.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Peço que registre meu voto contrário.

O SR. EDGAR BUENO

Peço que registre meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Devidamente anotado.

Aprovado o Substitutivo Geral.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI

Também peço que registre meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Devidamente registrado. Vamos agora para votação da Emenda do Deputado Caíto Quintana que será lida pelo 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Luiz Carlos Martins**)

Lê Emenda nº 01.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Em votação a emenda.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares: Até porque conheço que todos os Parlamentares desta Casa, têm consciência plena do objetivo da emenda. Não será do pronunciamento o convencimento de ninguém. Mas o que nós estamos colocando, apenas para justificar. O projeto do Governo mantém-se "ipsis litteres" como foi encaminhado. A questão do empréstimo previsto no Artigo 8º que diz: lê: "Até que se promova as alienações previstas no Artigo 3º, fica o Poder Executivo por si ou pela Paraná Investimentos autorizado a contrair operações de crédito, financiamento ou operação de qualquer natureza, até o montante de dois milhões, por conta de futuras receitas de alienação." Também não é prejudicada. Porque o Governo poderá fazê-lo, o BNDS não vai dizer coisa nenhuma sobre o "ad referendum", porque o "ad referendum" trata sobre a divisão da COPEL, sobre as novas empresas que surgirão e não sobre as cauções de ações. Quer dizer, vai colocar as ações em caução, vai levantar o dinheiro. Se eventualmente não pagar no prazo previsto, vai colocar as ações na bolsa, sem nenhum problema. O BNDES portanto, não tem nenhum risco. A única coisa que estamos pedindo no caput do Artigo, é que após procedidas todas as operações, o Governo venha colocar ad-referendum na Assembléia Legislativa.

Acho que uma valorização desse Poder é uma forma de a Assembléia Legislativa poder estar presente nessas negociações, porque o Governo terá que passar para nós aqui. E será uma forma de nós, como Poder, sem prejuízo daquilo que o Governo pretende fazer, referendamos as ações que forem praticadas, o que leva a se pensar, de nenhuma questão indefensável possa ser praticada, até porque depois vai explicar para a Assembléia Legislativa. Apenas isso!

Gostaria de contar com o apoio dos Deputados de base do Governo, porque acho que isso vai valorizar o Parlamento se tivermos que referendar posteriormente os atos praticados.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Acredito que a argumentação que o Deputado Caíto Quintana faz, por si só, já era suficiente para que todos aprovássemos essa emenda ao Artigo 1º, pedindo que a reestruturação societária tenha um referendo da Assembléia Legislativa.

Hoje de manhã, quando perguntamos ao Presidente da COPEL como ficaria a reestruturação. Se a COPEL, se o corpo funcional se o Governo tem conhecimento, se já tem pronta essa reestruturação. Ele próprio disse que não sabe como ficará essa reestruturação. Disse que poderá ficar dividida em geração, distribuição, transmissão. Mas, certamente haverá outras empresas sendo criadas, até pelas informações que recebemos dentro do Governo.

Então, é um apelo que faço ao Deputado Valdir Rossoni e aos Deputados do Governo para que aprovemos hoje essa emenda. E, teremos hoje, amanhã, sábado e domingo. E na segunda-feira, se essa for a decisão da Presidência e deste parlamento voltar esse assunto na segunda-feira, terão V.Exas. a oportunidade, se o Governo e Vossas Excelências continuarem entendendo que não deva ter o referendo, na 2ª Discussão ela ser rejeitada e não ser incorporada ao projeto. É uma oportunidade que todos temos ao aprovar essa emenda de garantir à Assembléia de conhecer como será feita a reestruturação societária da COPEL. Votando hoje a emenda ela virá na 3ª Discussão para ser discutida e votada em 2ª Discussão.

Caso permaneça a decisão de não conhecer essa emenda ela poderá ser rejeitada. O "ad-referendum" em nada altera o teor do projeto na forma do substitutivo proposto pela Comissão de Constituição e Justiça. Ele apenas dá à Assembléia a segurança de que saberemos, no momento oportuno, como foi reestruturada a COPEL.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Senhores Deputados que aprovam a emenda que tem parecer contrário e regimentalmente é votada inversamente. Senhores que aprovam queiram levantar-se. Treze Deputados aprovam a emenda.

Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Trinta Deputados rejeitam a emenda.
Rejeitada.

As emendas com parecer contrário serão votadas em bloco. Senhores Deputados que aprovam a rejeição das emendas conservem-se como estão.
Rejeitada.

Com voto favorável dos Deputados: Orlando Pessuti, Nereu Moura, Luiz Claudio Romanelli, Caíto Quintana, Antonio Annibelli, Paulo Gorski, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, da Bancada do PDT, Deputado Edgar Bueno.

O Substitutivo Geral será apreciado na segunda-feira em 3ª Discussão e final de discussão.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 185/98, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública, o Hospital Nossa Senhora da Saúde, com sede e foro na Comarca de Santo Antonio da Platina. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 63, de 19.05.98)**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 308/98, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Mirim Ribeirão-Clarence no Município de Ribeirão Claro. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 108, de 10.08.98)**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 323/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Nova Tebas. **Aprovado (Publ. no D.A. nº 111, de 17.08.98)**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 382/98, de autoria do Deputado Eduardo Lacerda Trevisan, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Infância Creche João Paulo II, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 123, de 14.09.98)**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 440/98, de autoria de Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, declara de Utilidade Pública a Creche Nossa Senhora de Lourdes, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 143, de 09.11.98)**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 443/98, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Alto Tarumã e Jardim D. Joaquina II, com sede e foro no Município de Pinhais. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 144, de 10.11.98)**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 346/98, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos (ASDEFICA) de Céu Azul, com sede e foro no Município de Céu Azul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO A EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/98, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Casa Lar- Sociedade Assistencial Ebenézer, com sede e foro no Município de Jaguapitã. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 275/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Desportos Universitários, com sede e foro na cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 333/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Santo Inácio. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 411/98, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho,

que declara de Utilidade Pública a Associação Creche Martinho Lutero, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 417/98, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores das Moradias Zimbros, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 420/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Fênix. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 421/98, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação Medianeirense dos Deficientes Físicos de Medianeira, com sede e foro na Cidade de Medianeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 426/98, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Casa de Recuperação Água da Vida - CRAVI, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 453/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 051/98, que autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade Estadual de Londrina, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado na sede urbana do Município de Londrina, na esquina das Ruas Goiás, e Brasil, com área de 446,25m², contendo benfeitorias. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 463/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE de Iretama. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM

EMENDA DA C.C.J.. Aprovado, a Emenda, artigo por artigo.

ITEM 19

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 475, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Doutor José Gregori. **COM PAREECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/98, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência Social de Castrolândia, com sede e foro no Município de Castro. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. Aprovado (Publ. no D.A. nº 111, de 17.08.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 324/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Assistência Social de Castrolândia, com sede e foro no Município de Castro.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda corretiva, para melhor adequá-las às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 25.08.98.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 324/98 EMENDA CORRETIVA

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Assistência Social de Castrolândia, com sede e foro na Cidade de Castro, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.08.98.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 380/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas

Sentinelas do Pago, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 123, de 14.09.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 380/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o Centro de Tradições Gaúchas Sentinelas do Pago, com sede e foro no Município e Cidade de São José dos Pinhais.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/98, alterada pela Lei nº 8589/98, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 27.10.98.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 418/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública o Clube dos Idosos Imaculada Conceição - Cidade Sul do Município de Dois Vizinhos. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 133, de 20.10.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 418/98

P A R E C E R

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o Clube dos Idosos Imaculada Conceição, Cidade Sul do Município de Dois Vizinhos.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.
Sala Das Comissões, em 27.10.98.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Batista Independente de Guaratuba, com sede e foro no Município de Guaratuba. **COM PARECER**

FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 133, de 20.10.98)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 419/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Beneficente Batista Independente de Guaratuba, com sede e foro no Município de Guaratuba, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda substitutiva geral para melhor adequá-la as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 419/98
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Sociedade Beneficente Batista Independente de Guaratuba, com sede e foro no Município de Guaratuba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1986, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento ° 1987, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1991 e 1993, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1949, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1974, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 07, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 299, 444 e 446/98.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 333, 421 e 463/98.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 471, 324, 380, 418 e 419/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 394, 424, 459, 464, 465 e 489/98.

Levanta-se a sessão.